

**Processo nº** 18.079-3/2010  
**Interessado** TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO  
**Assunto** Dispõe sobre a instituição da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso  
**Relator** Conselheiro JOSÉ CARLOS NOVELLI  
**Sessão de Julgamento** 28-9-2010

### **RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 11/2010**

Dispõe sobre a instituição da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

**O TRIBUNAL DE CONTAS DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso XXVIII, do artigo 21 do Regimento Interno – Resolução nº 14/2007;

**Considerando** que para a garantia do devido processo legal, há a necessidade, no âmbito dos procedimentos administrativos disciplinares, de instrução e julgamento pela autoridade competente, nos termos do artigo 5º, inciso LIII da CF/88;

**Considerando** que o artigo 5º, inciso XXXVII da Constituição Federal, veda a existência de juízo ou tribunal de exceção;

**Considerando** que o princípio constitucional do juiz natural garante a imparcialidade na pré-constituição legal e inalterabilidade da competência, ao mesmo tempo que garante a igualdade pela proibição de autoridades especiais e extraordinárias, para formar juízos em matéria de natureza penal;

**Considerando** que o Direito Disciplinar está associado ao chamado Direito Penal Especial;

**Resolve:**

**Art. 1º.** Instituir no âmbito deste Tribunal de Contas a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, e o seu Regulamento Interno, nos termos do anexo I, para fins de aplicabilidade dos procedimentos regulamentados na **Lei Complementar nº 04/90**, *que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais*, e **Lei Complementar nº 207/2004**, *que institui o Código Disciplinar do Servidor Público Civil do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso*, e dá outras providências, respeitadas, ainda, quando for o caso, as normas contidas em legislação específica.

**Art. 2º.** A Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar é composta de servidores do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, estáveis e, preferencialmente, com graduação em Direito, subordinada diretamente ao Corregedor-Geral, regida por este Regulamento, obedecendo às normas e diretrizes da Administração Pública.

**Art. 3º.** Constituem objetivos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar:

- I - Zelar pelo cumprimento da legislação pertinente à ética e à disciplina dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso;
- II - Planejar e executar as ações processuais;
- III - Apurar as denúncias que envolvam irregularidades e ilegalidades relacionadas à Ética e à Disciplina dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

**Art. 4º.** Os processos já instaurados por Portaria, permanecerão a cargo das comissões originárias.

**Art. 5º.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, juntamente com os anexos I e II.

**Processo nº** 18.079-3/2010  
**Interessado** TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO  
**Assunto** Dispõe sobre a instituição da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso  
**Relator** Conselheiro JOSÉ CARLOS NOVELLI  
**Sessão de Julgamento** 28-9-2010

### **RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 11/2010**

Participaram da votação os Senhores Conselheiros ANTONIO JOAQUIM, ALENCAR SOARES, HUMBERTO BOSAIPO, WALDIR JÚLIO TEIS e CAMPOS NETO.

Presente, representando o Ministério Público de Contas, o Procurador Geral GUSTAVO COELHO DESCHAMPS.

**Publique-se.**

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, 28 de setembro de 2010.

CONSELHEIRO VALTER ALBANO  
Presidente

CONSELHEIRO JOSÉ CARLOS NOVELLI  
Relator

GUSTAVO COELHO DESCHAMPS  
Procurador Geral